

A RESERVA EXTRATIVISTA “CHICO MENDES” E A GOVERNANÇA FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA: ALGUMAS LIÇÕES DAS DUAS ÚLTIMAS DÉCADAS

Raimundo Cláudio Gomes Maciel, Professor da Universidade Federal do Acre, e-mail: rcgmaciел@bol.com.br

Francisco Carlos da Silveira Cavalcanti, Professor da Universidade Federal do Acre, e-mail: fcscarlito@uol.com.br

Elyson Ferreira de Souza, Professor da Universidade Federal do Acre, e-mail: elysonsena@hotmail.com

Pedro Gilberto Cavalcante Filho, Graduando da Universidade Federal do Acre, e-mail: pedro.gilberto@hotmail.com

Resumo: As discussões em torno do desenvolvimento sustentável na região amazônica, em particular ao movimento social seringueiro frente aos desmatamentos e a luta pela posse da terra, culminaram na implantação das unidades de conservação de uso direto, tendo como principal referência a Reserva Extrativista “Chico Mendes”, situada em Xapuri-AC, representando uma espécie de reforma agrária na floresta. O objetivo do presente trabalho é avaliar algumas das lições apreendidas nas duas últimas décadas relacionadas à garantia da propriedade da terra e a reprodução social dos extrativistas. Utiliza-se a metodologia do projeto de pesquisa denominado ASPF, da Universidade Federal do Acre, a partir de indicadores sociais como escolaridade, acesso a terra e tempo de moradia; indicadores econômicos, como eficiência econômica e nível de vida em termos monetários; e indicadores ambientais, como uso da terra e os desmatamentos. Os resultados indicam que a rotatividade de moradias tem diminuído significativamente no período analisado. Porém, para mais da metade dos extrativistas ainda não há garantia da propriedade da terra. Do ponto de vista econômico, observou-se expressiva redução tanto da eficiência econômica quanto do nível de vida entre as famílias. Do ponto de vista ambiental, verificou-se leve diminuição das florestas, com aumento dos desmatamentos e ampliação das pastagens para a produção de gado bovino.

Palavras-chave: Amazônia. Reserva Extrativista. Desenvolvimento Sustentável. Governança Fundiária.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda algumas das principais questões relacionadas à Reserva Extrativista (RESEX) Chico Mendes, enfocando especialmente a questão ambiental e a governança fundiária. As RESEX foram criadas como uma proposta inovadora, tendo vista sua política fundiária, que consiste no papel de resolução dos conflitos de terra e uma política ambiental, observando os preceitos da sustentabilidade para a preservação dos recursos naturais.

As RESEX são áreas de domínio público e seu uso é concedido às populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo, na agricultura de subsistência e na criação de pequenos animais.

As questões ambientais se tornaram preponderantes para a definição do tipo de assentamento a ser desenvolvido, dadas as discussões sobre o uso da terra, notadamente em torno dos níveis de desflorestamentos das áreas florestais e a sustentabilidade ambiental dos projetos.

Os resultados ainda se mostraram insatisfatórios tendo em vista as dificuldades como acesso à terra, mercados e tecnologias apropriadas, levando a diversas discussões, em especial sobre o uso da terra e a pobreza rural.

Assim, o objetivo geral do presente trabalho é avaliar a relação entre o acesso à terra, o uso da terra e o desempenho econômico entre as famílias da RESEX Chico Mendes, no estado do Acre, no período de 1996/1997, 2005/2006 e 2014/2015.

A importância do presente trabalho está justamente no fato da necessidade de subsidiar políticas públicas para a região amazônica, particularmente no Acre, voltadas para a discussão em torno da governança fundiária, notadamente em unidades de conservação, e o efetivo desenvolvimento sustentável.

AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E AS RESERVAS EXTRATIVISTAS

As preocupações ambientais tiveram início na Europa a partir do século XVIII e se expressou através da intensificação de estudos, coleções e pesquisas sobre flora e fauna que se estendem ao modo de vida social e cultural dos povos. Tanto a Europa como a América do Norte concordavam que o poder destrutivo do ser humano traria danos ambientais irreparáveis, portanto, as raízes deste movimento estão ligadas principalmente a esse determinante (CAVALCANTI *et al.*, 2017).

A concepção naturalista norte americana manteve uma grande distância da concepção europeia. Nos EUA, o naturalismo assumiu que a única maneira de preservar a natureza seria mantê-la afastada do homem. Assim, a criação do Parque Yellowstone em 1872, o qual foi criado a partir de “ilhas de preservação” isoladas da presença predatório do homem, exemplifica claramente o ideal naturalista norte americano (CAVALCANTI *et al.*, 2017).

Apesar da iniciativa de criação de parques para a conservação do ambiente natural vir dos países europeus e dos EUA, ressalta-se que esta concepção ambiental se

tornou uma política de conservação mais utilizada pelos países de Terceiro Mundo (DIEGUES, 2001).

No Brasil, a concepção naturalista norte americana se manifestou através da proposta de criação de um parque nacional em Sete Quedas, elaborada por André Rebouças, em 1871, concretizado apenas 1961. Entretanto, em 1937 foi criado o Parque Nacional de Itatiaia, o primeiro parque com essas características (ATLAS, 2000).

Até a criação do Código Florestal em 1965, os parques e outras áreas de preservação foram criados baseados na lógica ambiental norte americana, seguindo apenas o princípio de criar monumentos públicos naturais com valor estéticos ou que os atributos ecológicos fossem de interesse para o conhecimento científico (MORSELLO, 2001).

Embora a política ambiental implantada nos EUA tenha influenciado as políticas ambientais em diversos países latino americanos, as realidades específicas de cada região forçaram essas medidas serem adotadas de forma adequadas. O caso brasileiro é exemplar nessa situação, uma vez que suas florestas são habitadas por povos indígenas e por seringueiros e extrativistas, conhecidos como populações tradicionais, portanto, foi necessário levar em conta a presença dessa população no encaminhamento de políticas ambientais (CAVALCANTI *et al.*, 2017).

As populações tradicionais são caracterizadas pela organização em grupo de pessoas de pequenos produtores, atraídos por uma atividade econômica. Para eles, a natureza desempenha um papel significativo na definição e desenvolvimento de modos de vida específicos, geralmente em sintonia com as regras básicas do ecossistema florestal. Assim, adquirem conhecimento profundo dos ciclos biológicos da natureza e desenvolvem tecnologias simples, porém, adaptadas ao seu modo de vida e à lógica do ambiente. Finalmente, deve-se ressaltar que essas comunidades desenvolvem sua própria cultura, rica em conhecimento que envolve as leis da natureza (DIEGUES, 2001).

O Código Florestal de 1965 (Lei 4.771) criou uma série de categorias, considerando as especificidades brasileiras, dividindo-as em dois grandes grupos:

- áreas de uso restrito que não permitem a exploração de recursos naturais, como parques (nacionais e estaduais) e reservas biológicas;
- áreas que permitem a exploração humana, tais como florestas nacionais estaduais e municipais e áreas de proteção ambiental.

De acordo com Hall (2000), as Unidades de Conservação (UCs) foram criadas a partir de políticas ambientais, resultado de um processo contrário a forma de ocupação econômica da Amazônia mediante ao desenvolvimentismo da década de 1960. Inicialmente a implantação das UCs foram baseadas em ilhas estratégicas de conservação da biodiversidade de uso indireto.

Diante do crescente movimento ambientalista mundial em conjunto com o movimento das populações tradicionais, especialmente os seringueiros e extrativistas, que foram excluídos do processo de ocupação desenvolvimentista da região, as UCs de uso direto se destacaram, em especial as Reservas Extrativistas (RESEX), que foram criadas como uma forma de amenizar o problema fundiário de concentração de terra, promover a exploração dos recursos naturais pautados nos princípios sustentáveis e de conservar a biodiversidade no território amazônico (ALLEGRETTI, 1989; COSTA FILHO, 1995).

Em 1977 foram criadas áreas especiais e locais de interesse turístico e arqueológico, como reservas e estações ecológicas. Em 1990, foram criadas as RESEX, representando uma inovação dentro das Unidades de Conservação (UCs), ambas como resultado das exigências dos seringueiros e extrativistas para se definir uma nova forma de posse da terra, resultando na definição do uso da terra cuja exploração dos recursos naturais deve ser sustentável (CAVALCANTI *et al.*, 2017).

No início da década de 1990, o Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) já tinha uma proposta das RESEX mais ampla e elaborada. Apesar de enfatizar que é uma política fundamental para alçar o desenvolvimento na região, reconhecem que “não há apenas uma única e definitiva solução para o desenvolvimento sustentável na Amazônia” (CNS, 1993, p. 14), porém, prevalecia ainda a ideia de uma proposta genérica e única no sentido de se contrapor ao modelo da pecuária e de superação do extrativismo tradicional. Assim, os novos elementos incorporados ao movimento dos seringueiros apontavam para a concepção das reservas como parte da luta política pela reforma agrária no Brasil, como alternativa ao modelo tradicional de assentamentos do INCRA e, por fim, com a incorporação clara e definitiva da dimensão ecológica.

Segundo Hall (2000), as UCs apresentaram algumas realizações promissoras, porém, ainda é duvidosa sobre o seu papel no potencial de proteção ambiental, tendo em vista que sua abrangência é limitada e, principalmente, pela força do desenvolvimento. Ademais, é fundamental a instalação de novas UCs, em especial as de conservação

produtiva, como as RESEX. Entretanto, conforme UICN (1995), cabe destacar que as RESEX ainda não são solução absoluta:

As Reservas Extrativistas não são a panaceia para os problemas da Amazônia, nem a solução mágica para a sua ocupação, mesmo porque mais da metade da área já foi ocupada e colonizada através de diferentes projetos, especialmente agropecuários. Da superfície total, talvez apenas 20% apresente condições exigidas por lei para a implantação daquelas. Exatamente porque estão chegando já um pouco tarde, é preciso acelerar o processo, para proteger as áreas que ainda podem ser protegidas (p. 2).

Para Novaes (1991), as RESEXs devem ser entendidas como uma política fundiária e ambiental resultante da luta dos seringueiros pelo quadro de insegurança gerado através dos conflitos com os pecuaristas e especuladores.

No Estado do Acre encontra-se a RESEX Chico Mendes, considerada a maior do país e criada em 1990 em resposta aos seringueiros acreanos que viveram o processo de desapropriação de terras e devastação florestal nas décadas anteriores. É considerada como o resultado do movimento de resistência através de uma política pública do Governo Federal, visando a geração de emprego e renda na região, bem como a preservação ambiental (NOVAES, 1991).

Assim, a preservação ambiental adotada como princípio da proposta das RESEX foi descrita: “a principal característica das RESEX, portanto, é o resgate da importância do homem, numa nova perspectiva de ocupação do espaço amazônico, associada à conservação do meio ambiente onde são levados em consideração os aspectos sociais, culturais e econômicos das populações locais” (CNS, 1993, p. 6).

Nesse sentido, Rêgo (1999) define o conceito de “neoextrativismo” que é uma proposta na perspectiva da organização da produção familiar, porém, tendo todas as instâncias da vida social: a econômica, a política e a cultural. Assim, o neoextrativismo implica uma elevação no nível de qualidade de vida, principalmente, pela elevação e geração de renda em decorrência da incorporação do progresso técnico e a incorporação de novas alternativas de extração de recursos associados ao cultivo, criação e beneficiamento e comercialização da produção.

Vale destacar que o conceito de neoextrativismo busca uma nova ideia de estruturação da produção baseados nos princípios da sustentabilidade, mostrando-se adequado a discussão da viabilidade das reservas, principalmente, em razão da ruptura

dos moldes produtivos da organização social e econômica dos antigos seringais (RÊGO, 1999).

A REFORMA AGRÁRIA E A GOVERNANÇA FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA

A agricultura familiar dada a sua magnitude apresenta-se como um setor fundamental para o desenvolvimento rural. De acordo com a FAO (2014), esse segmento produtivo é responsável pela produção de 80% dos alimentos, considerando a amostra de 30 países.

Além disso, a agricultura familiar mostra grande dinâmica, sendo considerada como multifuncional, uma vez que pode contribuir para a garantia da conservação ambiental, biodiversidade, conservação de da paisagem, economia rural etc. (QUAN, 2015).

Guanziroli *et al.* (2001) afirma que o produtor familiar rural apresenta vantagens na gestão da mão de obra, especialmente em trabalhos intensivos e exigentes em tratos culturais mais cuidadosos, como também possui importante papel social por conter o êxodo rural, gerando trabalho local e sistemas produtivos diversificados, buscando alternativas produtivas mais sustentáveis.

Por outro lado, tendo em vista as crescentes e recentes discussões a respeito da produção de alimentos e agrocombustíveis e seus preços decorrentes, o debate sobre o uso da terra, mercado de terras e controle da terra se acirrou, principalmente, entre às grandes corporações e à agricultura familiar. Assim, o conceito de governança fundiária se destacou nas agências internacionais de fomento de desenvolvimento, como também políticas fundiárias pró-pobres adequadas em todo o mundo (BORRAS E FRANCO, 2010).

De acordo com Reydon (2014, p. 754) a conceituação de governança fundiária mais adequada é a adotada pela FAO (2009):

A Governança é o sistema de valores, políticas e instituições pelas quais a sociedade administra seus assuntos econômicos, políticos e sociais por meio de interações dentro e entre o Estado, a sociedade civil e o setor privado. A governança da terra refere-se às regras, processos e organizações, e através delas se tomam as decisões sobre o acesso à terra e seu uso, a forma em que se implementam essas decisões, e a maneira que se administram os conflitos de interesse sobre a terra.

Atrelado a esse conceito é fundamental remeter essa discussão ao desenvolvimento sustentável, uma vez que as proposições para se chegar a sustentabilidade são normativas sobre como pode e deve ser esse desenvolvimento (ROMEIRO, 2012).

Dessa forma, o conceito de governança fundiária pode se enquadrar nesse mesmo segmento, em especial nas regiões subdesenvolvidas, tendo em vista que a realidade está muito distante do que deve e poder a governança de terras. Observa-se que existem muitos desafios entre a norma e a realidade, que ainda não foram tratados de forma adequada (MACIEL *et al.*, 2016).

Do ponto de vista econômico é fundamental a ampliação das discussões a respeito de soluções que possam adequar a regulação do mercado de terras, como é o caso do cadastro e titulação de terras (BORRAS E FRANCO, 2010).

Entretanto, os programas de titulação de terras geralmente falham na entrega dos benefícios prometidos, por exemplo no combate à pobreza, uma vez que não se observam evidências suficientes na redução dos níveis de pobreza, nem na segurança do acesso à terra (PAYNE, DURAND-LASSERVE E RAKODI, 2009).

Assim, destaca-se que as questões fundiárias apresentam caráter multidimensional, como a questão dos territórios indígenas, decisivos para a reprodução sociocultural desse público (BORRAS E FRANCO, 2010).

Para tanto, é necessário considerar que as relações sociais são fundamentais para o encaminhamento das discussões em torno da governança fundiária, uma vez que as questões fundiárias são basicamente relações sociais entre os indivíduos. Governança está ligado as relações políticas entre grupos de pessoas e instituições que as governam. As relações sociais ligadas a questão fundiária são contínuas e constantemente mudam, mesmo muito tempo depois do processo de titulação ou da conclusão de um programa de reforma agrária. “O ponto principal é sobre a reforma das relações sociais baseadas na terra” (BORRAS E FRANCO, 2010).

Assim, observa-se que mesmo em regiões onde a questão fundiária já foi considerada resolvida, por exemplo em projetos de reforma agrária oficiais da Amazônia, como as RESEXs, ainda encontram-se problemas agrários no que diz respeito a segurança da posse da terra, bem como o uso sustentável da terra. Algumas variáveis não foram suficientemente ou adequadamente estudadas, como o nível educacional das pessoas e fiscalização e monitoração dos órgãos responsáveis pela questão agrária na região.

METODOLOGIA

O presente estudo tem como objeto as famílias rurais que residem na Reserva Extrativista (RESEX) “Chico Mendes”¹ e que fazem parte de um sistema de produção familiar extrativista, no estado do Acre.

O levantamento das informações foi realizado por amostragem. A amostra foi definida a partir de três etapas:

a) Estratificação da área de acordo com nível de desenvolvimento (alto, médio ou baixo), tendo como referência os critérios relativos aos volumes de produção, facilidade e qualidade de acesso, disponibilidade de infraestrutura e assistência técnica, além do grau de organização comunitária.

b) Sorteio de metade dos conglomerados das áreas de estudo – ramais, no caso de áreas agrícolas, e, os seringais, no caso de áreas extrativistas –, tendo em vista a representatividade dentro de cada estrato definido.

c) Por fim, dentro de cada conglomerado sorteado, foi realizada uma **amostragem aleatória simples**, sorteando-se 10% das unidades de produção, que fazem parte do objeto de estudo.

Portanto, a partir dos resultados auferidos se podem generalizar os dados coletados para toda a região de estudo. Para o levantamento das informações, utilizou-se como referência o calendário agrícola da região, definido conjuntamente com as próprias comunidades estudadas, que se refere ao período de maio de um ano a abril do ano seguinte, englobando o conjunto de atividades econômicas produtivas das famílias.

Na atual pesquisa foram utilizadas as informações referentes à evolução do desempenho das famílias para o período 1996/1997, 2005/2006 e 2014/2015.

Acesso e uso da terra

- **As formas de acesso à terra** consideradas no presente trabalho são as seguintes: posse, concessão de uso e licença/autorização de uso. Estas demonstram o tipo de segurança da propriedade da terra.

- **A forma de uso de terra** foi dividida em três segmentos: floresta, pasto e área aberta. Estas explicam como os produtores planejam e utilizam a área da terra que possui. Foram analisados os períodos 2005/2006 e 2014/2015,

¹ A Resex Chico Mendes, área de estudo, está localizada na região sudeste do Estado do Acre. Foi criada pelo decreto nº 144 de março de 1990 com uma área de aproximadamente 970.570 ha.

tendo em vista que essas informações foram incorporadas a metodologia do Projeto ASPF posteriormente aos primeiros levantamentos.

Os principais indicadores econômicos utilizados na atual pesquisa são sucintamente descritos a seguir:

- a) **Renda Bruta (RB)** - indicador de escala de produção.
- b) **Margem Bruta Familiar (MBF)** - valor monetário disponível para a família.
- c) **Linha de Dependência do Mercado (LDM)** – Necessidade de aquisição de bens e serviços no mercado
- d) **Autoconsumo (AC)** – Bem produzido e consumido pela própria família.
- e) **Nível de Vida (NV)** – Nível de Vida em termos monetários
- f) **Índice de Eficiência Econômica (IEE)** - indicador de benefício/custo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A luta pela posse da terra nas áreas dos seringais da região amazônica, em particular no Acre, juntamente com as discussões acerca do desenvolvimento sustentável, levou à criação das Reservas Extrativistas, com destaque para a RESEX Chico Mendes. Com essas unidades de conservação se esperava a manutenção das famílias extrativistas nos seringais de origem, com a garantia da propriedade da terra, bem como a conservação do meio ambiente, além da viabilização econômica das atividades produtivas.

Em relação à manutenção das famílias nos seringais, objeto de luta pela posse da terra, observa-se, na Tabela 1, que a rotatividade de moradias entre as famílias tem diminuído ao longo dos últimos 20 anos, sendo que mais da metade das famílias estão na mesma área há mais de duas décadas, superando o período de implantação da RESEX. Claro que há ainda uma rotatividade de moradias entre os moradores da região, mas que pode estar relacionada à busca de melhores condições produtivas, formação de novas famílias, entre outras questões.

Tabela 1 – Tempo e moradia das famílias da RESEX Chico Mendes – Acre – 1996/1997, 2005/2006 e 2014/2015

Tempo de moradia	1996/1997 (%)	2005/2006 (%)	2014/2015 (%)
< 5 anos	28%	12%	10%
5 - 10 anos	20%	16%	16%
10 - 15 anos	23%	24%	16%
15 - 20 anos	13%	13%	4%
> 20 anos	15%	34%	54%

Fonte: Projeto ASPF (2017)

Por outro lado, a Tabela 2 apresenta uma clara situação de insegurança na propriedade da terra entre os extrativistas da RESEX Chico Mendes, pois quase 60% não têm nenhum documento que assegure a propriedade das áreas que moram. Isto é extremamente preocupante, já que se passaram mais de duas décadas sem que se tenha resolvido tal situação. Ademais, percebe-se, ainda na Tabela 2, que isto pode estar relacionado a um mercado informal de terras na região, bem como às dificuldades de governança por parte das instituições responsáveis pela unidade de conservação ao longo do tempo, como é o caso tanto do IBAMA quanto do Instituto Chico Mendes, criado em período recente para tal desafio.

Tabela 2 – Tipos de acesso à terra entre as famílias da RESEX Chico Mendes – Acre – 1996/1997, 2005/2006 e 2014/2015

Tipo de Acesso à Terra	1996/1997 (%)	2005/2006 (%)	2014/2015 (%)
Posse	18%	21%	58%
Compra (com escritura pública)	18%	13%	14%
Compra (sem escritura pública)	45%	40%	10%
Concessão de uso	10%	10%	16%
Licença/Autorização de uso	3%	7%	0%
Outros	5%	7%	2%

Fonte: Projeto ASPF (2017)

Não obstante, tais dificuldades de governança fundiária se refletem diretamente na forma de uso da terra para o desenvolvimento das atividades produtivas na região, como demonstra a Tabela 3. Pois, na última década, a pesquisa do projeto ASPF, desenvolvido pela Universidade Federal do Acre (UFAC), evidencia a perda de aproximadamente 2% de floresta nativa na RESEX Chico Mendes, o que significa a perda de quase 20.000 campos de futebol na região.

Tabela 3 – Formas de uso da terra entre as famílias das RESEX Chico Mendes - Acre – 2005/2006 e 2014/2015

Formas de uso da terra	2005/2006 (A)	2014/2015 (B)	Evolução (%) A-B
Floresta	95,05%	93,16%	-1,99%
Pasto	1,42%	3,17%	123,07%
Capoeira	1,13%	2,45%	117,09%
Outras	2,40%	1,22%	-49,07%

Fonte: Projeto ASPF (2017)

Segundo a Tabela 3, a perda de floresta está se traduzindo no avanço do uso da terra para a formação de pastagens, notadamente para a criação de gado bovino de forma extensiva e que pode levar à degradação ambiental dos solos da região, entre outros problemas ambientais. Cabe destacar, também, a diminuição de outros usos da terra por parte dos moradores da RESEX Chico Mendes, como a utilização de roçados para lavoura branca (arroz, feijão, milho e mandioca) e plantios de frutíferas. O aumento das áreas de capoeiras (florestas secundárias) evidencia essa situação, evidenciando que os produtores não estão encontrando caminhos alternativos para a diversificação produtiva na região.

A diversificação produtiva se torna crucial quando as principais atividades produtivas, como é o caso da borracha e da castanha do Brasil, não conseguem avançar na geração de renda entre as famílias. Tal necessidade pode ser verificada na Tabela 4, já que na primeira década após a implantação da RESEX Chico Mendes as atividades extrativistas voltaram a ser as protagonistas na geração de renda na região.

Todavia, na última década, parece que a renda da borracha e especialmente da castanha chagaram ao seu limite, carecendo de inovações - como foi o caso do látex retirado na região para a produção de preservativos masculinos, mas que está atualmente enfrentando diversas dificuldades.

No caso da castanha do Brasil, que enfrenta imensas dificuldades de racionalização da produção, a principal inovação vem das boas práticas produtivas e processamento, mas insuficiente para o aumento da oferta e qualidade do produto. Além disso, a inovação trabalhada na certificação do produto parece que foi abandonada, uma vez que a Tabela 4 apresenta significativa queda na geração de renda por esse produto, na última década.

Na verdade, a principal diversificação que está sendo trabalhada entre as famílias da região de estudo é a criação de gado bovino, conforme a Tabela 3. Porém,

de acordo com a Tabela 4, parece que a geração de renda oriunda dessa atividade esteja no limite, sendo compatível com as restrições impostas pela gestão da RESEX na ampliação dos desmatamentos e, conseqüentemente, das pastagens – requisito básico para a viabilização da pecuária extensiva.

Tabela 4 – Evolução da geração de renda entre as unidades produtivas familiares da RESEX Chico Mendes - Acre – 1996/1997, 2005/2006 e 2014/2015

Linha de Exploração	1996/1997 (A)	2005/2006 (B)	2014/2015 (C)	Evolução A-B	Evolução A-C	Evolução B-C
<i>Agricultura</i>	34,07%	24,71%	29,95%	-27,47%	-12,07%	21,23%
Macaxeira	10,31%	10,56%	12,69%	2,43%	23,09%	20,17%
Arroz	7,35%	7,32%	4,09%	-0,41%	-44,36%	-44,13%
Feijão	6,76%	1,78%	4,70%	-73,74%	-30,55%	164,42%
Café	0,02%	0,78%	2,14%	4313,15%	12033,40%	174,94%
Melancia	6,56%	0,96%	2,02%	-85,36%	-69,26%	110,00%
Milho	1,86%	1,03%	1,27%	-44,96%	-31,96%	23,62%
Banana	0,12%	1,13%	2,32%	805,67%	1761,56%	105,54%
Outras	1,09%	1,16%	0,74%	7,22%	-32,18%	-36,75%
<i>Criações</i>	37,31%	30,17%	29,04%	-19,15%	-22,17%	-3,74%
Criação de Boi	11,12%	17,47%	15,85%	57,10%	42,58%	-9,24%
Criação de Aves	11,96%	5,20%	6,18%	-56,53%	-48,33%	18,86%
Criação de Porcos	11,02%	6,03%	4,73%	-45,29%	-57,12%	-21,62%
Criação de Ovelhas	1,83%	0,81%	1,68%	-55,81%	-8,11%	107,96%
Outras	1,38%	0,66%	0,49%	-52,02%	-64,54%	-26,10%
<i>Extrativismo</i>	28,62%	45,12%	41,01%	57,65%	43,27%	-9,12%
Castanha	15,22%	27,12%	27,47%	78,22%	80,51%	1,29%
Borracha	13,40%	9,51%	12,14%	-29,07%	-9,41%	27,72%
Castanha Certificada	0,00%	4,32%	1,18%	0,00%	0,00%	-72,65%
Madeira	0,00%	4,17%	0,11%	0,00%	0,00%	-97,48%
Outras	0,00%	0,00%	0,11%	0,00%	5852,94%	0,00%

Fonte: Projeto ASPF (2017)

As dificuldades produtivas e de geração de renda são evidenciadas pela Tabela 5, que apresenta a evolução do desempenho econômico entre as unidades produtivas da RESEX Chico Mendes. Pois, a falta de diversificação produtiva está inviabilizando a principal atividade responsável pela reprodução social dos extrativistas, ou seja, o

autoconsumo. Nos últimos 20 anos, o autoconsumo diminuiu em 67%, colocando em xeque uma das principais fortalezas da produção familiar rural, já que a produção para seu próprio sustento torna as famílias mais “independentes” do mercado.

Tabela 5 – Evolução do desempenho econômico das unidades produtivas da RESEX Chico Mendes - Acre – 1996/1997, 2005/2006 e 2014/2015

Indicadores Econômicos	Unidade	1996/1997 (A)	2005/2006 (B)	2014/2015 (C)	Evolução (%) A-B	Evolução (%) A-C	Evolução (%) B-C
RB	R\$/mês	438,35	630,13	542,04	44%	24%	-14%
MBF	R\$/mês	393,02	572,54	446,46	46%	14%	-22%
LDM	R\$/mês	397,6	1351,29	1.526,03	240%	284%	13%
AC	R\$/mês	1245,37	640,98	415,88	-49%	-67%	-35%
NV	R\$/mês	1618,9	1328,99	699,05	-18%	-57%	-47%
IEE	und.	1,37	0,74	0,67	-46%	-51%	-10%

Obs.: RB - Renda Bruta; MBF - Margem Bruta Familiar; LDM - Linha de Dependência do Mercado; AC - Autoconsumo; NV - Nível de Vida; IEE - Índice de Eficiência Econômica

Fonte: Projeto ASPF (2017)

Por outro lado, ainda segundo a Tabela 5, a Linha de Dependência do Mercado demonstra que as famílias extrativistas estão se tornando cada vez mais vulneráveis para satisfazer suas necessidades. Essa situação está levando os produtores a cada vez mais buscarem alternativas de rendas fora das unidades produtivas, como o trabalho assalariado, visto que, em termos medianos, as atividades produtivas estão apresentando situação de prejuízo, que só piora ao longo do tempo.

CONCLUSÃO

As unidades de conservação, como é o caso da RESEX Chico Mendes, surgiram para encaminhar os problemas relacionados à luta pela posse da terra na região amazônica, bem como às questões ambientais derivadas das atividades insustentáveis, como a produção de madeira e pecuária de gado bovino.

Entretanto, a governança fundiária da região se tornava um imenso desafio, dadas as dimensões da região, além das dificuldades de monitoramento e fiscalização das diversas atividades e dos diversos atores envolvidos por parte das instituições responsáveis pela gestão.

Tais dificuldades podem ser evidenciadas pelos levantamentos realizados pelo projeto de pesquisa ASPF, ao longo dos últimos 20 anos, cujos resultados

demonstraram que há preocupante insegurança na propriedade da terra por parte dos extrativistas, mesmo tendo diminuído a rotatividade das moradias.

Além das dificuldades de governança das instituições responsáveis pela RESEX Chico Mendes, verificou-se a presença de um mercado informal de terras na região de estudo que precisa ser mais bem avaliado.

Tais dificuldades talvez possam estar no cerne das dificuldades produtivas entre os produtores e, conseqüentemente, na forma de uso da terra, que apresenta diminuição da floresta nativa em detrimento de usos insustentáveis do solo, como a formação de pastagens para a criação de gado bovino de forma extensiva.

Ademais, as dificuldades produtivas estão levando os extrativistas da RESEX Chico Mendes a problemas no processo de reprodução social das famílias a partir do autoconsumo, cujos resultados evidenciam maior dependência do mercado para a aquisição dos bens necessários para subsistência.

Assim, mesmo depois de 27 anos da implantação da RESEX Chico Mendes, ainda necessita-se encaminhar uma discussão mais acurada sobre a governança fundiária na região e o processo de gestão das unidades de conservação.

REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, Mary Helena. Reservas Extrativistas: uma proposta de desenvolvimento da floresta amazônica. **R. Pará Desenvolvimento**, Extrativismo vegetal e reservas extrativistas, Belém, n.25, p. 3-29, jan./dez. 1989.

BORRAS, S. and FRANCO, J. **Contemporary Discourses and Contestations around Pro-Poor Land Policies and Land Governance**. *Journal of Agrarian Change*, Vol. 10 No. 1, January 2010, pp. 1–32.

CAVALCANTI, F. C. S.; SOUZA, E. F.; CAVALCANTE FILHO, P. G.. **The Emergence of Conservation Units in the Western Amazon: The Case of Extractive Reserves of Acre**. In: Anual World Bank Conference on Land and Poverty. Washington DC, 2017.

CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS - CNS (1992). **Relatório Sócio-econômico e Cadastro da Reserva Extrativista Chico Mendes**. Rio Branco: CNS, 1992. Mimeo.

CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS - CNS (1993). **Diretrizes Para um Programa de Reservas Extrativistas na Amazônia**. Rio Branco: Poronga, 1993.

COSTA FILHO, Orlando Sabino da. **Reserva Extrativista - Desenvolvimento Sustentável e Qualidade de Vida**. 1995. 156 p. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Minas Gerais, 1995.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Hucitec/NUPAUB-USP, 2001.

FAO. **The State of Food and Agriculture: Inovation in family farming**. Rome: FAO, 2014. Disponível em: https://www.fao.org.br/download/SOFI_i2.pdf

GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A. M.; SABBATO, A.; BITTENCOURT, G.; **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HALL, Anthony. Environment and Development in Brazilian Amazonia: From Protectionism to Productive Conservation. In: HALL, Anthony (ed.). **Amazonia at the Crossroads: The challenge of sustainable development**. London: ILAS, 2000. p. 99-114.

MACIEL, R. C. G.; BEZERRA, F. D. S.; CAVALCANTI, F. C. S.; CAVALCANTE FILHO, P. G.. **Agricultura Familiar, Uso da Terra e Sustentabilidade na Amazônia**: Enfocando a Dimensão Educacional. In: 54º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Maceió, 2016.

MORSELLO, Carla. **Áreas Protegidas Públicas e Privadas**: seleção e manejo. São Paulo: ANABLUME/FAPESP, 2001.

NOVAES, Regina Reyes (1991). Continuidades e rupturas no sindicalismo rural. In: BOITO, Armando et al. **O Sindicalismo brasileiro nos anos 80**. São Paulo: Paz e terra, 1991.

PAYNE, G. DURAND-LASSERVE, A. and RAKODI, C. The limits of land titling and home ownership. **Environment and Urbanisation**, 21(2), p. 443–462, 2009.

QUAN, Julian. Family farming and land governance: towards a people-centred approach: Synthesis of Findings of a Research Project Supported by the International Land Coalition. Paper presented at the Annual World Bank Conference on Land and Poverty, March 23-27 2015 Washington DC.

RÊGO, José Fernandes do. Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 25. n. 147, p. 62-65, mar.1999.

REYDON, Bastiaan P. Governança de terras e a questão agrária no brasil. In: BUAINAIN, A. C.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. & NAVARRO, Z (Ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola** – Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 725-759.

ROMEIRO, Ademar R. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **Estudos Avançados**. vol. 26 no. 74, São Paulo, 2012.

UICN. **Reservas Extrativistas**. Cambridge: UICN, 1995. 133 p.